

Bomeny, Helena

Veredas de Brasília ou por que foi possível “cinquenta anos em cinco”
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 19, núm. 3, julio-septiembre, 2012, pp. 1075-1079
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138065015>

Veredas de Brasília ou por que foi possível “cinquenta anos em cinco”

*Brasilia bypaths or why it was possible
to achieve “fifty years in five”*

Helena Bomeny

Socióloga e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getulio Vargas;

professora titular/Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Helena.Bomeny@fgv.br



SENRA, Nelson (Org.).
Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho.
Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.
195p.

Arevista *Arte Hoje*, em sua edição de 22 de abril de 1979, teve como chamada de capa “Brasília: espaço plástico” posta sobre uma foto especial do Congresso Nacional. As páginas 28, 29 e 30 foram reservadas para “O cenário visual de Brasília”, uma reportagem de Wilson Coutinho, com as fotos de Luiz Humberto, autor também da foto que ilustra a capa da revista. São imagens tocantes pela beleza e expressividade. A matéria em verdade é uma homenagem ao fotógrafo e à sua cidade de adoção. Luiz Humberto é celebrado e ali reconhecido como o melhor de Brasília, ou por outra, o que melhor capta a atmosfera daquela cidade. O que tem o olho talhado para desvendar o enigma de uma cidade cuja monumentalidade constrói – palavras suas – “uma nova relação entre o homem e os espaços da cidade, pensados em termos de liberdade”. Expõe-se na reportagem a medida estabelecida entre espaço e figura humana, objeto de um ensaio de sua autoria, cujo tema é Brasília, do qual as fotos reproduzidas na revista foram retiradas. Luiz Humberto mostra a Brasília não óbvia. Aquela que só olhos treinados podem descortinar. Sensibilidade e pesquisa são suas parceiras na descoberta. Um canto, um prisma, um tipo de luz, e encontramos o que não está disponível de imediato. O olho nu e a intuição não são suficientes para nos abrir essa janela.

As lentes de Luiz Humberto me deram a senha para estes comentários a respeito da publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho* – a propósito dos cinquenta anos da cidade capital. Também aqui, olhos especializados veem o não usual. Brasília é capital do modernismo. Da monumentalidade. Da internacionalização da arquitetura brasileira na concepção de Lúcio Costa e nos traços de Oscar Niemeyer. Cidade sem esquina, espaços vazios, generosa amplitude na concepção urbana, dimensões não características do figurino das cidades brasileiras. E é também o experimento cultural capaz de emocionar aqueles que lá estiveram em sua construção.

Uma caravana de geógrafos, engenheiros, estatísticos, intelectuais, fotógrafos, arquitetos, artistas, cineastas, empreendedores de toda ordem, no rebuliço de, em cinco anos, levantar

uma cidade em um terreno vazio com tudo por receber. A chance histórica incomum de fazer tudo ‘do zero’ era como uma reinvenção do país, deixando para trás tudo o que nos impedia de avançar em nosso cotidiano de travas. Livrávamo-nos das tradições que nos emperravam. Dispensávamos os embaraços burocráticos. Avançávamos apenas com a imaginação e o empenho em fazer. Os relatos que colhi em 2005 com um grupo de arquitetos, e com o próprio Luiz Humberto, são evidências inequívocas das lembranças desse espírito inventivo, liberto, criativo. A aura da construção da própria Universidade de Brasília, nas inúmeras frases de Darcy Ribeiro (1922-1997), confirma a atmosfera otimista e desafiante da nova experiência liberta das amarras do tradicionalismo e da burocracia que tolhe os espíritos e acanha a cultura. Os depoimentos apaixonados de Darcy fazem coro com as vozes otimistas dos que presenciaram vivamente o que não mais se repete.

Mas as *Veredas de Brasília* vão adiante e honram Guimarães Rosa nas minúcias desfraldadas. Já na abertura, o texto de Nísia Trindade Lima recupera todo o debate secular a respeito da conveniência de levar o país ao interior. Estão ali contemplados a análise dos projetos, os dispositivos constitucionais e os estudos cuja origem, nos lembra ela, remonta ao século XVIII. A tramitação das comissões e a atuação dos envolvidos na discussão sobre a mudança da capital, os interlocutores e as sugestões possíveis de local são tratados no capítulo de abertura de forma a sustentar os demais textos que elegerão recortes mais específicos. A competência de Nísia Lima nessa matéria é já conhecida por seu livro fundamental sobre os sertões de Euclides da Cunha e por artigos em periódicos especializados, produzidos individualmente ou em parceria com pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz, particularmente Gilberto Hochman e Marcos Chor Maio. Vem de seu investimento em pesquisa a continuada reflexão sobre os impasses e obstáculos à construção de um país dividido entre litoral e sertão, divisão mais que geográfica, política, social, econômica e cultural. Em seguida, o livro nos leva a um conjunto, também esse, impressionante, de capítulos recheados de fontes documentais e visuais, dados de censos e mapas tratados pelos autores com competência e leveza.

De fato, a discussão sobre a mudança da capital mobilizou um conjunto bem mais amplo de sugestões interpretativas sobre o Brasil. O tema da ‘desorganização’, a defesa da interiorização, o diagnóstico da dispersão nacional junto à retórica antifederalista que se vertebrou no pós-1930, maculando o período anterior com a avaliação negativa expressa claramente na forma como foi nomeado – “República Velha” – o período compreendido entre 1889 e 1930. A historiografia incorporou o adjetivo ‘velha’ e a ele acrescentou mais adereços. “República dos coronéis” e “mandonismo local” enfeixam o sentido de inorganicidade que o pós-1930 atribuiu ao período que lhe antecedeu, consagrando como discurso a montagem do Estado nacional racionalizado, técnico e administrado segundo as regras impessoais do planejamento e da competência científica. Recentemente, historiadores e cientistas sociais têm-se voltado para a Primeira República com claro afastamento crítico à adjetivada República ‘Velha’. Toda uma renovação historiográfica está em curso, relendo e reinterpretando à luz de novas fontes, abordagens distintas e novas contribuições o que antes foi como antecâmara negativa ao que positivamente lhe sucederia. A própria terminologia “Revolução de 30” é expressiva do sentido de ruptura que se pretendeu imprimir à passagem de um a outro momento histórico-político brasileiro

tematizado e mobilizado como reforço discursivo à defesa do ponto central de onde deveria irradiar a política e a administração brasileiras.

O acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins alimentou o texto de Moema Vergara sobre a Comissão Cruls (Comissão Exploradora do Planalto Central), de 1892, chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls (Louis Ferdinand Cruls, nome original belga aportuguêsado por ele próprio na chegada ao Brasil). A extensão continental e a precária integração entre litoral e interior desafiaram a imaginação política e geográfica, e as expedições tratavam de enfrentar o problema e registrar o encontrado. O tema da mudança da capital para o planalto estava posto praticamente no início do século, com a vinda da família real. E a defesa do centro encontrava apoio em aspectos da geografia natural: “Os rios eram parte fundamental daqueles estudos, pois eles, além do fornecimento das águas, seriam vias de transporte. Cruls em seu primeiro relatório já sinalizava que nem todos aqueles rios eram navegáveis e deveriam ser complementados pelas vias férreas” – anota Vergara, na página 38. Aos argumentos de ligação territorial se somavam outros sobre a impropriedade do ambiente do litoral de uma cidade como o Rio de Janeiro para abrigar a capital do país – conversa antiga, perene, que acompanha a história da cidade do Rio de Janeiro, paraíso da espontaneidade e cosmopolitismo; fonte da perversão e da luxúria. Mas não só. O Rio do início da República era uma cidade das doenças, da insalubridade, da peste, do clima inclemente e da desordem urbana.

Ao conjunto de mazelas pouco recomendável para abrigar a capital do país, outros argumentos se interpunham, e, entre eles, a conveniência de se contar com Minas Gerais como possibilidade de ordenamento e fixação do centro administrador e político do Brasil. Não faltaram gestos, documentos e discursos nessa direção, e o livro os contabiliza com os atores principais, entre eles, Teixeira de Freitas (Mário Augusto Teixeira de Freitas). É dele a sugestão de Belo Horizonte como cidade em que, provisoriamente, a capital se instalaria, para dali proceder à mudança definitiva a Brasília. Parte do argumento carrega o sentido ‘saneador’ impregnado nas avaliações sobre a impropriedade do Rio de Janeiro como capital do país.

A cidade capaz de oferecer a sede provisória não poderia ser outra, por todos os motivos, senão Belo Horizonte. É fácil perceber que essa solução seria ótima. Primeiro, porque ficaria quebrado o ‘tabu’ da capital carioca, e o acontecimento histórico estaria em marcha, irresistivelmente. Em segundo lugar, porque, colocada a sede ‘provisória’ do Governo Federal em Belo Horizonte, isto seria, além de um recurso muito feliz para facilitar a constituição da “grande Minas Gerais”, um estímulo permanente à continuação do programa para a construção de Brasília – “a Capital definitiva” (p.189).

Minas Gerais teve papel crucial não apenas no governo que implementou a mudança, mas nas discussões parlamentares do início da República, e nas muitas vozes que espocaram ao longo do trajeto tratado em detalhe pelos autores do livro em questão.

Em todas as expedições minuciosamente trazidas no texto, há a reiteração da tese sobre a necessidade de se encontrar o “ponto ótimo” a partir do qual a integração nacional fosse efetivada. Desafiando os atores, a geopolítica na construção de um ideário de comunicação nacional, de construção do ideal de nação unida em toda sua extensão continental.

E a partir desses dois capítulos iniciais, moldura sociológica ao que virá em seguida, um manancial do que se fez protagonizado pelo IBGE com expedições, estudos, debates e dados sobre possibilidades e riscos de opções concorrentes à eleição do espaço para a nova capital. O discurso político em torno da mudança da capital e do esforço monumental de uma produção de tal envergadura em cinco anos consagrou no senso comum a ideia de um fazer “a partir do zero”. Pois o livro é deliberadamente uma resposta a tal postulação. E cumpre precisamente a intenção de mostrar o quanto havia sido pavimentado para que fosse possível a concretização, em prazo tão exíguo, de obra gigantesca. Um esforço que mobilizou o trânsito de milhares de trabalhadores, sobretudo os que deixaram as agruras do Nordeste em busca do novo, da oportunidade de encontrar um lugar que, sendo por eles construído, com mais chances, apostaram, poderia ser por eles habitado como cidadãos legítimos, incorporados ao cenário de progresso e desenvolvimento do país representado pela edificação da cidade planejada para ser o centro irradiador do Brasil. Mais uma crônica cuja profecia era não cumprir-se...

Os artigos suprem perfeitamente o prometido e surpreendem. São textos detalhados de comissões e comissões, de expedições e decisões políticas, de traçados considerados e outros abandonados. Estão nos textos os estudos básicos de engenharia, as mostras geográficas, os depoimentos dos que estiveram nas viagens, e ainda uma série com os perfis dos personagens que prepararam o terreno para aquela aventura. Trata igualmente da longa hibernação de 1948 a 1953 – tempo em que se pautou de forma mais sistemática o projeto de mudança da capital e a decisão pelo lugar onde ela se situaria. Ou seja, a aprovação do local em 1953 guarda uma história anterior, recuperada, tratada, exposta em toda sua complexidade.

A construção da memória tem suas particularidades. E tem seus eleitos. Conta com artifícios estratégicos de seleção, inclusão, valorização, mas também, e muito fortemente, de omissão. Não chamar a atenção para uma ou outra dimensão é parte desse processo que, aprendemos com a literatura, nada tem de natural. Memória não é história, embora seja, indiscutivelmente, uma das dimensões incorporadas no trabalho historiográfico. A importância da publicação do IBGE consiste na ampliação do escopo daquilo que deve ser selecionado como parte da recuperação histórico-sociológica de um evento como o da mudança da capital. 1948 é marco; 1953, igualmente. Mas os textos iniciais do livro já mostraram: há muita água embaixo dessa ponte entre o Brasil do sertão e o Brasil do litoral, como ficou configurada a ligação feita pela nova capital.

Os geógrafos tiveram um papel importante, e foram listados nominalmente: Antonio Teixeira Guerra, Christovam Leite de Castro, Dora Amarante Romariz, Eugênia Zambelli Gonçalves, Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira, Lindalvo Bezerra dos Santos, Lucio de Castro Soares, Marília Galvão, Ney Strauch, Nilo e Lysia Bernardes, Orlando Valverde, Speridião Faissol e Walter Alberto Egler. As equipes profissionais que compuseram as principais comissões e as expedições promovidas pelo IBGE desde 1947 – Polli Coelho e Caiado/Pessoa – trabalharam referenciadas à primeira expedição de início da República, comandada por Luiz Cruls. Esse é um ponto importante e cuidado em detalhe em toda essa recuperação. Defensor da mudança da capital, desde muito antes, o IBGE patrocinou a pesquisa e tinha armazenado em seus arquivos um conjunto expressivo de

dados, agora entregue ao público com a intenção de mostrar o passo a passo dos diversos investimentos feitos até a definição do local, e a própria construção da capital. O IBGE, por meio dessa publicação, cobra dos memorialistas da nova capital um compromisso que o próprio instituto acolheu como metodologia de escrita do evento – voltar às fontes e dar ao acontecimento a complexidade de um fenômeno em que, na certeira ponderação de Nísia Trindade, “ciência e política” se imbricaram em trama nada simples, muito menos linear.

Veredas de Brasília será leitura obrigatória a todos os que se interessarem pela construção de uma cidade no planalto central e mudança da capital do Brasil em 21 de abril de 1960. A nota destoante no esforço bem-sucedido cuja expressão é o próprio livro está nas imperfeições da edição e revisão gráficas – falha quase imperdoável pela beleza do exemplar, riqueza documental e qualidade dos textos disponibilizados.

